

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano III | Volume 5 | Nº 13 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<http://doi.org/10.5281/zenodo.4311481>



NOTAS SOBRE POBREZA, MULTIDIMENSIONALIDADE E SUBJETIVIDADE

Pablo Mateus dos Santos Jacinto¹

Resumo

Neste ensaio, discute-se concepções de pobreza de modo a evidenciar sua multidimensionalidade, extrapolando as explicações econômicas sobre esse fenômeno. Ademais, busca-se apresentar como a psicologia tem se aproximado dessa temática e introduzir alguns conceitos formulados para explicar a relação entre pobreza e subjetividade.

Palavras chave: Multidimensionalidade; Psicologia; Pobreza; Subjetividade.

Abstract

In this essay, concepts of poverty are discussed in order to highlight their multidimensionality, overpassing its economic explanations. Furthermore, it seeks to present how psychology has approached this theme and to introduce some concepts formulated to explain the relationship between poverty and subjectivity.

Keywords: Multidimensionality; Psychology; Poverty; Subjectivity.

A POBREZA PARA ALÉM DO ECONÔMICO

Historicamente, as respostas governamentais acerca das desigualdades sociais sustentaram um crivo econômico. Dessa forma, para explicar fenômenos como distribuição de renda, concentração de capital e pobreza, a eleição de dados primordialmente numéricos predominou e predomina no contexto atual. A pobreza, nesta perspectiva, pode ser compreendida como a falta de renda a ponto de não ser possível suprir as necessidades básicas para a sobrevivência, tal qual moradia, alimentação e vestimenta (PEREIRA, 2006; COLLIN; MASSARANI; MORENO, 2014).

Há, basicamente, dois enfoques principais para a categorização da pobreza a partir de critérios econômicos. Uma primeira abordagem assume a definição de pobreza absoluta. Nesta perspectiva, são elencados parâmetros mínimos a serem superados por aquelas pessoas que ultrapassam o limiar da pobreza. Esses parâmetros geralmente correspondem à aquisição de bens e serviços básicos para que uma família sobreviva de modo decente (CORRÊA, 2011) e são calculados a partir de valores monetários relevantes no cenário atual.

A definição de salário mínimo se encontra nesse quesito, apesar de alguns órgãos discordarem e elencarem valores ideais para uma vida digna com base em cálculos mais completos. O Departamento

¹ Psicólogo. Mestre e Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente junto ao Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE). Assessor técnico de pesquisa em Psicologia e Políticas Públicas no Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03). Email para contato: pablojacintopsi@gmail.com



Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) atualiza anualmente uma tabela informando qual o salário mínimo necessário para que a pessoa supere não apenas a linha da pobreza, mas tenha garantidos bens e serviços correspondentes a uma vida digna. Entende-se, com isso, que a noção de pobreza absoluta uniformiza o limite da pobreza, deixando de lado nuances – inclusive econômicas – não observáveis por tal vertente.

Outra abordagem adota a pobreza a partir da perspectiva relativa. Assim, a comparação entre as realidades econômicas das pessoas pertencentes a uma comunidade define a condição de pobreza e seu grau. Segundo Corrêa (2011), o indivíduo é considerado pobre quando não atinge o padrão de vida corrente na sociedade em que habita. Essa abordagem se mostra vantajosa ao considerar algumas variações históricas no padrão de consumo. Por exemplo, gastos com internet, que historicamente foram considerados secundários e não incluídos nos serviços essenciais que embasaram os cálculos adotados pela abordagem que considera a pobreza absoluta podem caber como parâmetro nesta segunda abordagem, caso se compreenda que esse serviço diferencia de modo relevante o padrão de vida de determinado indivíduo em relação à sua comunidade.

Acerca da concepção de pobreza relativa, Crespo e Gurovitz (2002) alertam que esta pode levar à confusão entre pobreza e desigualdade. Dentro do parâmetro economicista, pobreza é uma consequência da desigualdade econômica e pode ser observada quando se compara os bens e serviços que podem ser acessados por classes mais ricas com aqueles de possível acesso às classes pobres. Entretanto, as desigualdades econômicas existem em todas as classes sociais, havendo ou não pobreza presente.

Apesar de haver indicadores comumente utilizados, não há consenso nem parâmetros obrigatórios para a definição de linha de pobreza absoluta nem de níveis de desigualdades para determinar a pobreza relativa (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2010; CORREA, 2011; CRESPO; GUROVITZ, 2002; REBELO, 2016). Usualmente, os governos buscam alinhar ambas as perspectivas na justificativa de ações.

Apesar da relevância desta óptica, que busca explicar e enfrentar a pobreza através de ações pautadas no viés econômico, diversos autores têm questionado as limitações de tais respostas para a realidade social brasileira (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000; CRESPO; GUROVITZ, 2002; SANTOS; CARVALHO; BARRETO, 2017). Barros, Henriques e Mendonça (2000) apresentam três concepções que se desenvolvem ao longo do século XX acerca do conceito de pobreza e, conseqüentemente, caminhos para enfrentá-la. A primeira concepção, derivada de debates na área da saúde, parte do enfoque na sobrevivência e associa pobreza à dificuldade de manutenção do rendimento físico.



Posteriormente, a partir da década de 70 há a incorporação de novos itens ao patamar de necessidades básicas para o desenvolvimento humano: "serviços de água potável, saneamento básico, saúde, educação e cultura" (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000, p. 04). Esta abordagem é marcada pela assunção de uma noção de pobreza mais ampla do que a anterior. Diversos órgãos internacionais adotam tal concepção, indicando uma preocupação em encarar o fenômeno da pobreza a partir da complexidade que ele manifesta.

Por fim, emerge a noção de privação relativa para caracterizar a pobreza (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000). São incorporados novos métodos com rigor científico aprimorado, bem como estudos comparativos em escala global. A pobreza se contrapõe à ideia de bem-estar e conforto, sendo apresentada como um limitador do desenvolvimento ideal de indivíduos e famílias. No fim do século XX, ganham fôlego estratégias para conceber e resolver o problema da pobreza em escala global. Um marco, nesse sentido, é o Consenso de Washington. Esse documento apresenta propostas neoliberais sob a promessa de guiar os países a ampliarem seu poderio econômico, tendo este gerado grande influência nos países da América Latina (BANDERA, 2002; LEME, 2010). Esse se sustenta sobre a tese de que a ampliação da economia nos países significaria, como consequência, maiores condições aos pobres dessas nações, já que "a riqueza gerada acabaria por beneficiar os pobres" (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000, p. 05).

Guzzo (2016) demarca que, antes de se concretizar, a pobreza é consequência de desigualdades sociais fundamentais para a manutenção do sistema capitalista, no qual uma parcela da sociedade é pressionada à margem da economia. Desse modo, pensar aspectos econômicos monetários sem concebê-los diante de um projeto de sociedade mantido por grupos hegemônicos, detentores do capital, torna-se insuficiente. Do mesmo modo, não é possível revelar a condição de pobreza de um país apenas tomando como base o seu Produto Interno Bruto (PIB), pois este não informa o modo que o capital se distribui entre os indivíduos de uma nação.

Nesse sentido, Souza (2009) desfere críticas acerca do posicionamento puramente econômico acerca das justificativas sociais que evidenciam a pobreza. Segundo o autor, a visão econômica coloniza um formato de resposta e, conseqüentemente, de intervenção estatal sobre o fenômeno da desigualdade pautado, em linhas gerais, em ferramentas de busca de geração de renda. O distanciamento de uma visão histórica, socioantropológica e comportamental acerca do fenômeno da desigualdade torna difícil a sua compreensão no que tange à sua gênese, efeitos e processos de manutenção. Sugere-se aqui, portanto, que a pobreza – condição emergente em um contexto de desigualdade econômica e social – se refere não só ao capital financeiro, mas possui um caráter notadamente multifacetado. Entra em jogo, com isso,



uma noção de pobreza que ultrapassa as explicações e soluções econômicas. Pobreza é tomada como um fenômeno multidimensional em sua gênese e em suas consequências.

Observa-se, com isso, que a pobreza foi e é alvo de políticas públicas no Brasil que têm, como objetivo, saná-la e impedir o seu crescimento em esfera demográfica (BRASIL, 1993; BRASIL, 2006; SILVA, 2010). Como exemplos recentes, pode-se citar o Programa Fome Zero e o Programa Bolsa Família. O primeiro instaura uma preocupação acerca da segurança alimentar, articulando uma série de ministério em ações sistematizadas no intuito de combater a fome endêmica nas classes sociais mais pobres do país (TOMAZINI; LEITE, 2016). O segundo tem como foco a transferência de renda com valor variável a depender do nível de vulnerabilidade vivenciado por cada família (BRASIL, 2004), sendo consideradas suas necessidades e elencadas atividades desenvolvidas por equipes especializadas junto aos beneficiários no intuito de acompanhar o desenvolvimento pretendido.

Observa-se que ambos os programas citados, apesar de fazerem parte de estratégias mais ampliadas, assumem objetivos bastante específicos e têm como aspecto central a questão econômica. Nessa lógica, assume-se que, dado o sistema econômico corrente, a distribuição de renda é uma estratégia que possibilita às pessoas em situação de pobreza o acesso a bens e serviços essenciais.

Atualmente, a Política de Assistência Social (BRASIL, 2006) incorpora uma estratégia que busca abranger o caráter multidimensional da pobreza. Os programas de transferência de renda são parte de um sistema mais amplo que visa à emancipação das famílias em condições de pobreza. Tal emancipação pressupõe uma rede de atenção que fortaleça vínculos familiares e comunitários, incluindo sua inserção na rede de políticas públicas de educação, saúde, previdência, trabalho e outras, garantindo assim que os indivíduos tenham a possibilidade de se desenvolver e modificar a realidade social na qual se encontram.

Diante dessa ampliação na concepção de pobreza e buscando explicitar melhor suas causas e consequências, os campos do saber que se debruçam sobre essa temática se ampliaram e aprimoraram métodos de investigação e conceitos. A psicologia, hoje presente em políticas públicas fundamentais (saúde, assistência social e educação), se depara com a pobreza em sua concretude e com sua dimensão subjetiva. Diante disso, emergem estudos que visam a delinear melhor a relação entre pobreza e subjetividade, de modo a contribuir com o enfrentamento às desigualdades sociais.

POBREZA E PSICOLOGIA

Diante da concepção multidimensional da pobreza, a psicologia se insere em diversas frentes no intuito de abordar esse tema. Busca-se, por um lado, compreender os fatores que estruturam e mantém a



condição de pobreza, sendo eles aspectos individuais, ações coletivas ou até mesmo projetos políticos mantidos por grupos e instituições hegemônicas (COIMBRA, 1995; PARKER, 2009). Por outro lado, a psicologia também se preocupa em compreender as consequências da pobreza em âmbito individual, elencando sua influência em comportamentos e emoções, bem como suas repercussões no estado mental das pessoas que vivenciam essa condição.

Apesar dos diferentes enfoques, a leitura das pesquisas em psicologia realizadas sobre a pobreza e a experiência diante de contextos vulneráveis revela que esta perpassa toda a experiência da pessoa que nela se encontra, sendo estruturada e estruturante na vida daqueles que com ela mantém relação. Ou seja, se por um lado a pobreza se perpetua diante de ações humanas condicionantes para tal contexto de desigualdade, a sua existência orienta ações e significações determinantes para as construções das subjetividades que a tocam.

Destaca-se, entretanto, como problemática à psicologia, que “tomar consciência sobre as dinâmicas comportamentais da pobreza é uma alternativa psicossocial que nos coloca diante dos desafios impostos à psicologia para lidar com esse fenômeno sem patologizar ou psicologizar” (GUZZO, 2016, p. 5). Um exemplo clássico dessa abordagem é materializado na teoria da carência cultural, que perpetuou nos estudos sobre educação e consiste na explicação do fracasso escolar baseada em uma suposta incapacidade das famílias pobres em garantir um desenvolvimento adequado aos seus filhos devido ao local social que ocupam (PATTO, 1990). Assim, exclui-se o olhar do contexto de vulnerabilidade e volta-se aos indivíduos que, em tese, absorvem a incapacidade delineada pelo contexto no qual vivem. Naturalmente, “essa caracterização era empreendida tendo como parâmetro para comportamentos, atitudes, hábitos, estilo linguístico, modos de sociabilidade, entre outras categorias encontradas em grupos sociais de maior poder aquisitivo” (HECKERT; BARROS, 2007, p. 110).

Por outro lado, Guzzo (2016) afirma que a psicologia não se furta a associar a pobreza a sofrimento psíquico. Tal sofrimento emerge diante da exclusão efeito da condição de pobreza, já que em uma sociedade pautada no consumo e no acesso restrito a bens e serviços, estar marginalizado desse processo significa não usufruir plenamente das possibilidades existentes na sociedade. Fatores culturais como estereótipos negativos e preconceitos associados às camadas pobres também potencializam a condição de sofrimento para quem se encontra em condição de pobreza. A autora relata a condição de “sentir-se pobre” como uma concretização da vivência cotidiana de pobreza em um país desigual. Sentir-se pobre, portanto, acresce à pessoa a noção de inferioridade e incapacidade, já que a experiência de exclusão constante castra desejos e possibilidades de ser no mundo.

Este debate acresce a outro fenômeno explorado pela psicologia: o fatalismo. Cidade (2012), ao teorizar acerca da juventude em condição de pobreza, destaca que a pessoa adota mecanismos cognitivos



e afetivos de modo a lidar com os sofrimentos psíquicos oriundos do seu contexto de vida. Cotidianamente, os obstáculos vivenciados por pessoas em situação de pobreza podem restringir ações possíveis de serem executadas, gerando uma sensação de incapacidade diante da realidade posta. O fatalismo é caracterizado por essa visão que leva a pessoa a crer que os acontecimentos estão pré-determinados e não há razão para ir de encontro ao que está posto.

Tal concepção, segundo Ximenes e Cidade (2016), opera como um mecanismo que desloca ao indivíduo a responsabilização pela manutenção da sua condição de pobreza. Apesar de se configurar como um processo estruturado e presente, em especial, nas sociedades cujo individualismo é marca de sua organização, tal fenômeno traz consequências diretas na subjetividade das pessoas pobres, já que:

Com o passar dos dias, os recorrentes esforços frustrados em mudar o curso da vida acabam por criar, no imaginário dos indivíduos, um conjunto de leis, justificativas e modelos explicativos a fim de dar conta dessa realidade que se apresenta engessada (XIMENES; CIDADE, 2016, p. 130).

Em contraste com o tema do fatalismo, outras produções no campo da psicologia têm desenvolvido estudos sobre resiliência em populações que vivenciam situações de pobreza (DANTAS, 2007; YUNES; GARCIA; ALBUQUERQUE, 2007). Resiliência é um conceito que apresenta diferentes definições. Por uma perspectiva, a resiliência é definida como uma capacidade intrínseca dos indivíduos de lidar de forma satisfatória com as adversidades que se apresentam em sua trajetória (TABOADA; LEGAL; MACHADO, 2006). As principais críticas acerca dessa visão se referem ao fato de individualizar um potencial de ação e centrar a explicação no sujeito desconsiderando aspectos do contexto social.

Diante disso, Assis, Pesce e Avanci (2006) apresentam uma definição de resiliência que ultrapassa uma visão que se restringe ao sujeito. As autoras e pautam em uma fundamentação teórica que considera a bidirecionalidade de influências na modelagem do desenvolvimento humano. Nessa perspectiva, a pessoa é vista como alguém imersa em fatores de risco e de proteção que interagem de modo diverso em cada contexto de sua vida. A resiliência, nesse enquadre, surge como um polo oposto e articulado à vulnerabilidade, tornando-se mais fortalecida tão logo os fatores de proteção presentes no contexto social estejam predominando. Embora alguns fatores de risco e protetivos sejam universais, é importante que eles sejam avaliados e identificados conforme a singularidade dos sujeitos e da comunidade. Ambos os conceitos abordados buscam tecer compreensões sobre a pobreza e seus impactos na subjetividade, porém não devem ser lidas como um fim em si mesmos.

A inserção da psicologia em políticas públicas no Brasil foi grande motivadora para os debates sobre as condições de pobreza e seus efeitos na população brasileira. As perspectivas aqui apresentadas



sinalizam um interesse desse campo acerca da compreensão das relações entre desigualdades sociais e construção da subjetividade. Observa-se, entretanto, que as associações entre pobreza e psiquismo devem estar alinhadas a um projeto político emancipatório, entendendo essa condição como oriunda de desigualdades que, inevitavelmente, se atrelam à perda de direitos fundamentais.

REFERÊNCIAS

ASSIS, G. G.; PESCE, R. P.; AVANCINI, J. Q. **Resiliência**: enfatizando a proteção dos adolescentes. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BANDEIRA, L. A. M. “As políticas neoliberais e a crise na América do Sul”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 45, n. 2, dezembro, 2002.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15, n. 42, fevereiro, 2000.

BRASIL. **Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08/12/2020.

BRASIL. **Lei n. 8742, de 7 de dezembro de 1993**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08/12/2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS). Brasília: MDS, 2006.

CIDADE, E. C. **Juventude em condições de pobreza**: Modos de vida e fatalismo (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Fortaleza: UFC, 2012.

COIMBRA, C. M. B. **Guardiães da ordem**: Uma viagem pelas práticas psi no Brasil do milagre. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

COLLIN, D. R. A.; MASSARANI, V. M.; MORENO, A. H. V. S. “O Plano Brasil Sem Miséria e a contribuição da Política de Assistência Social na oferta de serviços para a garantia de necessidades sociais básicas”. In: CAMPPELOM T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (orgs.). **O Brasil Sem Miséria**. Brasília: MDS, 2014.

CORRÊA, A. B. A. **A exclusão da população de baixa renda dos sistemas de trocas comerciais**: uma análise histórica sob a perspectiva do marketing (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2011.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. “A pobreza como um fenômeno multidimensional”. **RAE eletrônica**, vol. 1, n. 2, dezembro, 2002.

DANTAS, C. M. B. **Psicologia e pobreza no Brasil**: Limites e perspectivas da produção de conhecimento e atuação do psicólogo (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Natal: UFRN, 2007.



GUZZO, R. S. L. “A (des)igualdade social e a Psicologia: uma perspectiva para o debate sobre a pobreza”. In: XIMENES, V. M.; NEPOMUCENO, B. B.; CAMUNÇA, E.; MOUTRA JUNIOR, J. F. (orgs.). **Implicações Psicossociais da Pobreza diversidades e resistências**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

HECKERT, A. L. C.; BARROS, M. E. B. “Fracasso escolar: do que se trata? Psicologia e educação, debates ‘possíveis’”. **Aletheia**, n. 25, junho, 2007.

LEME, A. A. “Neoliberalismo, globalização e reformas do estado: reflexões acerca da temática”. **Barbaroi**, n. 32, junho, 2010.

PARKER, I. **Revolution in Psychology – from alienation to emancipation**. London: Pluto Press, 2009.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

PEREIRA, C. P. “A pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro”. **Revista Ser Social**, n. 18, janeiro/junho, 2006.

REBELO, T. M. A. **Globalização Pobreza e Desigualdade**. (Relatório de Estágio de (Mestrado). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. 2016.

SANTOS, E. I.; CARVALHO, I. C. S.; BARRETO, R. C. S. “Pobreza multidimensional no estado da Bahia: uma análise espacial a partir dos censos de 2000 e 2010”. **Revista de Administração Pública**, vol. 51, n. 2, março, 2017.

SILVA, M. O. S. “Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira”. **Revista Katálysis**, vol. 13, n. 2, 2010.

SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

TABOADA, N. G.; LEGAL, E. J.; MACHADO, N. “Resiliência: em busca de um conceito”. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, vol. 16, n. 3, dezembro, 2006.

TOMAZINI, C. G.; LEITE, C. K. S. “Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão?” **Revista de Sociologia Política**, vol. 24, n. 58, junho, 2016.

XIMENES, V. M.; CIDADE, E. C. “Juventude e pobreza: implicações psicossociais do fatalismo”. **Interamerican Journal of Psychology**, vol. 50, n.1, 2016.

YUNES, M. A. M.; GARCIA, N. M.; ALBUQUERQUE, B. M. “Monoparentalidade, pobreza e resiliência: entre as crenças dos profissionais e as possibilidades da convivência familiar”. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, vol. 20, n. 3, 2007.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano III | Volume 5 | Nº 13 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávoro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima